



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

PROCESSO Nº 48400.700125/2019-75

ESTUDOS PRELIMINARES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA ANM/DF

1.	OBJETO
1.1.	O estudo a seguir refere-se à contratação de ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA A REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA ANM/DF
2.	DIRETRIZES GERAIS
2.1.	Identificação das normas que disciplinam os serviços
2.1.1.	<u>Fundamentação Legal da Contratação:</u>
2.1.2.	NBR 6492/1994 - Representação de projetos de arquitetura;
2.1.3.	NBR 13532/1995 - Elaboração de projetos de edificações - arquitetura;
2.1.4.	NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
2.1.5.	NBR 12743/1992 - Móveis - classificação;
2.1.6.	NBR 13960/1997 - Móveis para escritório – Terminologia;
2.1.7.	NBR 13961/2003 - Móveis para escritório – Armários - Ensaio de estabilidade, resistência e durabilidade;
2.1.8.	NBR 13966/2008 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
2.1.9.	NBR 5410/2004 - Instalações elétricas de baixa tensão;
2.1.10.	NBR 5444/1989 - Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais;
2.1.11.	NBR 13570/1996 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
2.1.12.	NBR 60669-1/2004 - Interruptores para instalação elétrica fixas domésticas e análogas;
2.1.13.	NBR 11515/2007 Guia de práticas para segurança física relativas ao armazenamento de dados;
2.1.14.	NBR 15247/2004 Unidades de armazenagem segura - Salas Segura / Datacenter e

Segura / Datacenters para hardware - Classificação e método de ensaio de resistência ao fogo;

- 2.1.15. NBR-12693/1993 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- 2.1.16. NBR 9441/1998 - Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;
- 2.1.17. NBR 13714/2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- 2.1.18. NBR 13768/1997 - Porta corta-fogo de emergência;
- 2.1.19. NBR 8222/2005 - Execução de sistemas de prevenção contra explosão e incêndio, por impedimento de sobrepressões decorrentes de arcos elétricos internos em transformadores e reatores de potência;
- 2.1.20. NBR 14565/2000 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;
- 2.1.21. NBR 13726/1996 - Redes telefônicas internas em prédios - Tubulação de entrada telefônica - Projeto;
- 2.1.22. NBR 13727/1996 - Redes telefônicas internas em prédios - Plantas/partes componentes de projeto de tubulação telefônica;
- 2.1.23. NBR 11789/1990 - Cabos para descida de antena, de formato plano, com isolamento extrudada de polietileno termoplástico - Especificação;
- 2.1.24. NBR 8800/2008 - Projeto de Estruturas de Aço e Estruturas Mistas de Aço e Concreto de Edifícios;
- 2.1.25. NBR 10821-2/11 - Esquadrias externas para edificações – Requisitos e Classificação;
- 2.1.26. NBR 10821/11 Caixilhos para edificações - Janelas;
- 2.1.27. NBR 8083/1983 - Materiais de Impermeabilização;
- 2.1.28. NBR 5474/1986 - Execução de Impermeabilização;
- 2.1.29. NBR 9575/2010 - Seleção e Projeto de Impermeabilização;
- 2.1.30. NBR 9952/2014 - Manta Asfáltica com Armadura para Impermeabilização;
- 2.1.31. NBR 12721/2010 - Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio - Procedimento;
- 2.1.32. NR 26 - Sinalização de Segurança;
- 2.1.33. NR 23 - Proteção Contra Incêndios;
- 2.1.34. NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- 2.1.35. NR 35 - Trabalho em altura;
- 2.1.36. NR 17 - Ergonomia;
- 2.1.37. Orientações técnicas do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas)
- 2.1.38. Normativos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2.1.39. Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, em especial as Resoluções do CONAMA nº 307/2002 e a nº 01/1986;
- 2.1.40. Consolidação das Leis do Trabalho CLT;
- 2.2. Legislação Aplicável:
- 2.2.1. Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (Lei de licitações)
- 2.2.2. Plano Diretor: Decreto Federal 5.296, de 02.12.2004

- 2.2.3. Código de Obras e Posturas Distrital
- 2.2.4. LEI Nº 2.105 DE 8 DE OUTUBRO DE 1998, Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal
- 2.2.5. LEI COMPLEMENTAR Nº 803, DE 25 DE ABRIL DE 2009, aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.
- 2.2.6. LEI COMPLEMENTAR Nº 854, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012, Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências
- 2.2.7. Manual de Obras Públicas e Edificações elaborado pela Secretaria do Estado da Administração e do Patrimônio – SEAP,
- 2.2.8. Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985 - estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG

3. DIRETRIZES ESPECÍFICAS

3.1. Identificação da Necessidade de Contratação

3.1.1. Atender às leis que especificam segurança e conforto dos ambientes de trabalho e ainda atender à determinação do Ministério Público do Trabalho (Doc. SEI nº 0326156)

3.2. Referência aos Instrumentos de Planejamento da ANM

3.2.1. Os recursos destinados a esta contratação estão previstos para este ano de 2019, no quesito de Reforma das unidades;

3.2.2. O objeto está alinhado com as expectativas e necessidade da sociedade, em atendimento à questão do ambiente de trabalho.

3.3. Requisitos da Contratação

3.3.1. Para a contratação de empresa para a elaboração de projeto básico e revisão, atualização e elaboração de projeto executivo para a reforma do edifício Sede ANM/DF é necessário especificar a concepção do projeto a ser elaborado, demonstrando quais os itens mais importantes a serem levados em consideração nesta elaboração.

3.3.2. Após a entrega de todas as fases do projeto, considerando o tempo de recebimento provisório e definitivo, o contrato pode ser encerrado.

3.3.3. A duração do contrato poderá ser de aproximadamente 8 meses, considerando, no mínimo, 2 meses após a finalização do serviço para ajustes de recebimento.

3.4. Estimativas das quantidades

3.4.1. A entrega do serviço constará de memoriais descritivos, planilhas e desenhos técnicos que compõem em seu conjunto o projeto de reforma de acordo com as concepções do Ante projeto Básico.

3.5. Justificativa da escolha

3.5.1. Foram analisadas contratações similares de outros Órgãos e, verificadas as tecnologias/metodologias existentes, optou-se pela contratação de empresa especializada em elaboração de projeto, com equipe multidisciplinar com especialidade para tal de forma a entregar atender ao objeto dentro das especificações e das normas vigentes.

3.5.2. Não será realizada audiência pública considerando que o objeto é simples e já operacionalizado com sucesso em outros órgão da administração federal.

3.6. **Metodologias para estimativa de preço**

3.6.1. O preço foi pesquisado utilizando-se a sítios que oferecem este tipo de serviço, baseando-se na quantidade de aparelhos a serem instalados.

3.6.2. O preço também foi pesquisado por intermédio de consulta direta às empresas habilitadas para este serviço em Fortaleza-CE

3.7. **Descrição da solução**

3.7.1. Primeiramente, a contratada enviará seu representante e gerente para realizar reunião com a Fiscalização e equipe técnica para alinhar as especificações do Ante Projeto Básico.

3.7.2. A contratada deverá estar em contato constante com a Fiscalização para dirimir dúvidas e executar o projeto de acordo com as necessidades da ANM.

3.7.3. A entrega do objeto será feita por etapas.

3.7.4. A empresa deve obedecer às requisições da CONTRATADA para efetuar o serviço.

3.8. **Justificativa para o não parcelamento da solução**

3.8.1. Justifica-se o não parcelamento dos serviços uma vez que é necessário manter a unidade do objeto pois cada etapa do projeto a ser entregue está correlacionada.

3.9. **Resultados pretendidos**

3.10. Atender à legislação relacionada à segurança e conforto de ambiente de trabalho.

3.11. Promover segurança da edificação, além de economicidade da manutenção predial para a Sede da ANM/DF.

3.12. **Viabilidade da contratação**

3.12.1. A contratação é viável nos aspectos econômicos e operacionais, bem como está em sintonia com a legislação vigente.

3.13. **Fiscalização do contrato**

3.13.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado pelos Servidores: Mariana Martino Caldeira e Kleber Bolívar Meneghel Vargas

4. **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação.

Segue assinado por:

Integrante Técnico: Mariana Martino Caldeira

Integrante Requisitante: Júlio Cesar de Mello Rodrigues

Integrante Administrativo: Josué Menezes Vieira



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Martino Caldeira, Analista Administrativo**, em 25/01/2019, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Josué Menezes Vieira, Agente Administrativo**, em 28/01/2019, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º,



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Mello Rodrigues, Superintendente**, em 28/01/2019, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0426983** e o código CRC **C5D30785**.